

HABEAS CORPUS Nº 493.377 - RS (2019/0042445-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : EZEQUIEL ANDRADE (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de EZEQUIEL ANDRADE, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravado em Execução n. 0370969-30.2018.8.21.7000).

Infere-se dos autos que o mm. Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais de Nova Hamburgo converteu a pena restritiva de direitos fixada, no processo n. 033/2.16.0002009-4, ao paciente, em privativa de liberdade, diante da impossibilidade por já estar cumprindo outras reprimendas privativas no regime fechado, que dizem respeito a outras condenações.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução, sustentando que a pena restritiva de direitos do paciente deve ser suspensa para cumprimento posterior ou simultâneo à privativa de liberdade, quando autorizado o serviço externo ou o livramento condicional. O recurso foi desprovido pelo Tribunal de Justiça, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO EM EXECUÇÃO. CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, possível a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade em razão da impossibilidade de cumprimento simultâneo das penas, quando o apenado cumpre pena em regime fechado ou semiaberto. Decisão mantida.

AGRAVO IMPROVIDO.

No presente *mandamus*, a defesa alega que a lei não obriga a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, sendo que, no concurso de infrações, executar-se-á, primeiramente, a pena mais grave.

Requer, assim, em liminar, que seja determinada a suspensão da execução da pena restritiva de direitos do paciente até que o mesmo possa cumpri-la e no mérito, que seja cassada a decisão impugnada para a suspensão da pena restritiva de direitos do paciente até que ele possa cumprir concomitantemente com a pena privativa de liberdade.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator